

**22. APROVAÇÃO PROJETO DE ARQUITETURA - CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - Artigo 75º, nº 5, do RPDMB:**

Do **Sr. Vereador Miguel Bandeira**, com a área de responsabilidade do Urbanismo, propondo a aprovação pelo Executivo Municipal, do uso e regime da edificabilidade, conforme projeto de arquitetura referente à operação urbanística inserida na área classificada "Espaço de Uso Especial Equipamentos UI 1" nos termos do n.º 5 do artigo 75.º do Regulamento do PDM, no processo em que é requerente a Cruz Vermelha Portuguesa, tudo conforme informações técnicas em anexo.

**Despacho**

O Vereador,  
(Por subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara)

(Miguel Bandeira, Prof.)

Data:     /     /2021

**Proposta de Despacho**

O Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento,  
(Por subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara)

A Chefe de Divisão de Gestão Urbanística,  
(Por subdelegação de competências do Sr. Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento)

**PROCESSO N.º 142/2019**

Relacionado com o requerimento n.º 7356/2021, de 16/02/2021

**Requerente:** CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

**Local da Obra:** AVENIDA 31 DE JANEIRO, 317, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRAGA (SÃO JOSÉ DE SÃO LÁZARO E SÃO JOÃO DO SOUTO)

**Assunto:** COMUNICAÇÃO PRÉVIA - ALTERAÇÕES DURANTE A EXECUÇÃO DE OBRA

**Técnico Responsável:** Nuno Portela, Arqt.º

Informação: 34688/DGU/2021

27/05/2021

## APRECIAÇÃO

O requerente, através do pedido registado com o n.º E/7356/2021 de 16/02/2021, apresenta projeto de alterações durante a execução da obra.

Dos elementos apresentados, verifica-se um aumento da área de construção ao nível do piso da cave e pequenas nos pavimentos e alçados.

## INSTRUÇÃO DO PEDIDO

Analizados os elementos constantes do presente processo, verifica-se que o pedido de licenciamento encontra-se instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis.

## PARECERES INTERNOS

A presente operação urbanística não está sujeita a pareceres de entidades internas.

## PARECERES DE ENTIDADES EXTERNAS

A presente operação urbanística não está sujeita a pareceres de entidades externas.

## ANÁLISE URBANÍSTICA

1-A edificação insere-se numa área classificada “Espaço de Uso Especial Equipamentos UI1”, segundo o PDM em vigor, conforme se verifica nas “Correções matérias da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Braga”, publicada em Edital do Diário da Republica de 18 de maio de 2021.

2- Cumpre os “Usos e Regime de edificabilidade para os Espaços de Equipamentos”, conforme prevê o artigo 75º do Regulamento do PDM em vigor.

3- A proposta poderá ser aceite.

## ANÁLISE REGULAMENTAR

A declaração de responsabilidade do autor dos projetos, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

O Plano de Acessibilidades, conforme previsto no Decreto-Lei n.º.163/2006 de 8 de agosto, está acompanhado de termo de responsabilidade do seu autor em como atesta que a execução da operação urbanística se conforma com a referida Lei, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, pelo que a Câmara fica dispensada da sua apreciação prévia, conforme artigo 3º, n.º. 2, desse diploma, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º. 136/2014, de 9 de setembro.

Deverá ser respeitado o previsto no D.R. Nº 8/90, de 6 de abril e D.R. 21/98, de 4 de setembro com Declaração de Retificação Nº 22-E/98, de 30/11 (área destinada à instalação do(s) recetáculo(s) postal domiciliário(s)).

## PROPOSTA

Face ao atrás exposto propõe-se:

- O deferimento do projeto de arquitetura apresentado;
- Que se notifique o requerente das seguintes condições, do pedido que deu entrada através do requerimento sob o registo n.º E/7356/2021 de 16/02/2021.

1. Apresentação dos seguintes projetos de especialidades em formato digital, no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redacção:
  - a) Projeto de estabilidade e dimensionamento das estruturas, que inclua o projeto de escavação e contenção periférica;
  - b) Projeto das redes prediais de abastecimento de águas e de drenagem de águas residuais domésticas;
  - c) Projeto da rede predial de drenagem de águas pluviais;
  - d) Projecto de Segurança contra o Risco de Incêndios;
  - e) Projeto de arranjos exteriores;

## CONDICIONAMENTOS DAS OBRAS

1. As intervenções no domínio público deverão observar as seguintes condições:
  - a) Será responsabilidade do requerente a execução de todas as infraestruturas necessárias para abastecer o edifício, nomeadamente relativas a comunicações, eletricidade, gás, abastecimento de água e águas residuais domésticas e pluviais, salvo se essas infraestruturas forem asseguradas pelas respetivas entidades. Em qualquer dos casos, devem encontrar-se concluídas antes das pavimentações a efetuar. Constitui responsabilidade do titular do alvará a repavimentação arruamentos intervencionados, em conformidade com os regulamentos municipais aplicáveis, caso não seja assegurado pela entidade responsável pela instalação da infraestrutura;

2. Os trabalhos referidos anteriormente devem encontrar-se concluídos antes do pedido de emissão de autorização de utilização para a construção;
3. Cumprimento em obra, do disposto no Decreto-Lei 220/08, de 12 de novembro, relativamente à Segurança Contra o Risco de Incêndio, nomeadamente no que respeita às classes de resistência e reação ao fogo dos elementos e materiais de construção;
4. Cumprimento em obra dos requisitos previstos no Decreto-Lei 46/2008 de 12 de março para a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD), bem como, efetuar e manter o registo de dados dos RCD, conjuntamente com o livro de obra, de acordo com o modelo constante o anexo II do referido diploma.

#### CONDICIONAMENTOS PARA OBTENÇÃO DO ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

1. Aquando da conclusão da obra, deverá efetuar o Pedido de Concessão de Autorização de Utilização de acordo com o modelo de requerimento disponível nos serviços, apresentando os documentos necessários, de acordo com a lei em vigor.

O Técnico, \_\_\_\_\_

## MUNICÍPIO DE BRAGA

## Aviso (extrato) n.º 9449/2021

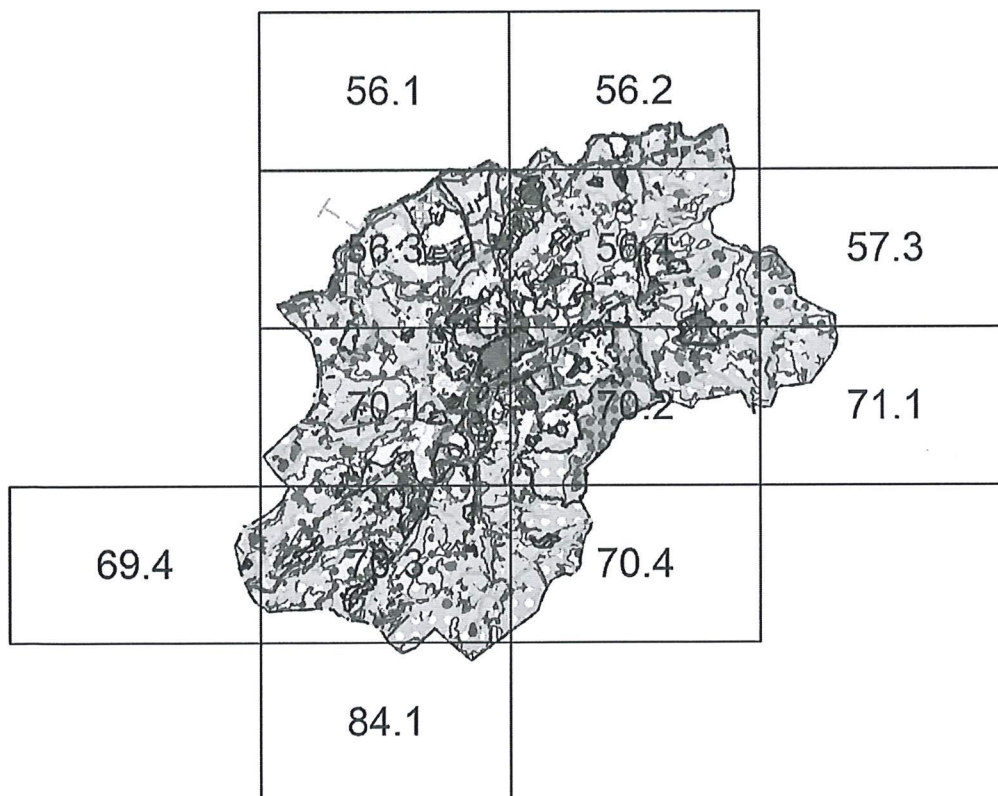
Sumário: Correção material ao Plano Diretor Municipal de Braga de 2015.

**Correções materiais da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Braga**

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, Presidente da Câmara Municipal de Braga, torna público que a Câmara Municipal de Braga deliberou, em 19 de março de 2021, nos termos do disposto na alínea b), número um, do artigo centésimo vigésimo segundo do decreto-lei número oitenta e sete de 2015, de catorze de maio (Regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial) aprovar a proposta do Executivo Municipal relativa às correções materiais da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Braga que incidem sobre as cartas cinquenta e seis ponto três e setenta ponto um da Planta de Ordenamento — Classificação e Qualificação do Solo do PDM 15.

Para constar, publicita-se o presente Aviso no *Diário da República*, na plataforma colaborativa de gestão territorial, no sítio da Internet da Câmara Municipal, bem como nos locais de estilo.

29 de março de 2021. — O Presidente da Câmara Municipal, *Ricardo Bruno Antunes Machado Rio*.



58520 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd\\_58520\\_PL\\_ORD2017\\_CC\\_70.1.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd_58520_PL_ORD2017_CC_70.1.jpg)

58520 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd\\_58520\\_PL\\_ORD2017\\_CM\\_CC\\_70.1.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd_58520_PL_ORD2017_CM_CC_70.1.jpg)

58520 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd\\_58520\\_PO2017\\_CC\\_70\\_01.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd_58520_PO2017_CC_70_01.jpg)

58521 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd\\_58521\\_PL\\_ORD2017\\_CM\\_CV\\_70.2.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd_58521_PL_ORD2017_CM_CV_70.2.jpg)

58521 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd\\_58521\\_PL\\_ORD2017\\_CV\\_70.2.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd_58521_PL_ORD2017_CV_70.2.jpg)



58521 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd\\_58521\\_PO2017\\_CV\\_70\\_02.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd_58521_PO2017_CV_70_02.jpg)

58522 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd\\_58522\\_PL\\_ORD2017\\_CM\\_JP\\_56.3.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd_58522_PL_ORD2017_CM_JP_56.3.jpg)

58522 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd\\_58522\\_PL\\_ORD2017\\_JP\\_56.3.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd_58522_PL_ORD2017_JP_56.3.jpg)

58522 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd\\_58522\\_PO2017\\_JP\\_56\\_03.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd_58522_PO2017_JP_56_03.jpg)

58523 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd\\_58523\\_PL\\_ORD2017\\_CM\\_PC\\_70.1.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd_58523_PL_ORD2017_CM_PC_70.1.jpg)

58523 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd\\_58523\\_PL\\_ORD2017\\_PC\\_70.1.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd_58523_PL_ORD2017_PC_70.1.jpg)

58523 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd\\_58523\\_PO2017\\_PC\\_70\\_01.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd_58523_PO2017_PC_70_01.jpg)

614208464